

agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
ATIVO		277.838.541	269.312.959	PASSIVO		277.838.541	269.312.959
Circulante		30.179.900	32.554.137	Circulante		29.909.330	29.284.323
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	21.454.077	7.887.056	Caixa		-	2.603
Caixa		-	2.603	Banco C/ Movimento - Recursos com Restrição		2	17.699
Banco C/ Movimento - Recursos com Restrição		2	17.699	Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição		21.454.075	7.866.755
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição		21.454.075	7.866.755	Créditos a Receber		4.551.241	20.849.038
Créditos a Receber		4.551.241	20.849.038	Contrato de Gestão e Convênios	5	4.099.043	19.042.950
Contrato de Gestão e Convênios	5	4.099.043	19.042.950	Adiantamento a Colaborador	6	140.098	531.139
Adiantamento a Colaborador	6	140.098	531.139	Adiantamento a Fornecedor	7	11.801	89.450
Adiantamento a Fornecedor	7	11.801	89.450	Crédito Judicial	8	-	459.839
Crédito Judicial	8	-	459.839	Despesas Antecipadas	9	45.423	39.102
Despesas Antecipadas	9	45.423	39.102	Outros Direitos	10	254.877	686.557
Outros Direitos	10	254.877	686.557	Estoques	11	4.174.581	3.818.044
Estoques	11	4.174.581	3.818.044	Estoque com Restrição		4.174.581	3.818.044
Estoque com Restrição		4.174.581	3.818.044	Não Circulante + Compensado		247.658.641	236.758.822
Não Circulante + Compensado		247.658.641	236.758.822	Realizável a Longo Prazo	12	269.909	-
Realizável a Longo Prazo	12	269.909	-	Dépósitos Judiciais		181.717	-
Dépósitos Judiciais		181.717	-	Créditos Judiciais		88.192	-
Créditos Judiciais		88.192	-	Investimentos		-	-
Investimentos		-	-	Imobilizados	13	-	7.209
Imobilizados	13	-	7.209	Imobilizados		-	7.209
Imobilizados		-	7.209	Intangível		-	-
Intangível		-	-	Ativo Compensado	26	247.388.732	236.751.613
Ativo Compensado	26	247.388.732	236.751.613	Contrato de Gestão		106.667.017	103.676.886
Contrato de Gestão		106.667.017	103.676.886	Bens Cedidos		4.507.787	5.159.343
Bens Cedidos		4.507.787	5.159.343	Bens Adquiridos Contrato de Gestão		101.207.556	96.903.626
Bens Adquiridos Contrato de Gestão		101.207.556	96.903.626	Estoque Terceiros		10.671.464	7.790.079
Estoque Terceiros		10.671.464	7.790.079	Isonção Cebas		24.334.907	23.221.679
Isonção Cebas		24.334.907	23.221.679	Passivo Compensado	26	247.388.732	236.751.613
Passivo Compensado	26	247.388.732	236.751.613	Contrato de Gestão		106.667.017	103.676.886
Contrato de Gestão		106.667.017	103.676.886	Bens Cedidos		4.507.787	5.159.343
Bens Cedidos		4.507.787	5.159.343	Bens Adquiridos Contrato de Gestão		101.207.556	96.903.626
Bens Adquiridos Contrato de Gestão		101.207.556	96.903.626	Estoque Terceiros		10.671.464	7.790.079
Estoque Terceiros		10.671.464	7.790.079	Isonção Cebas		24.334.907	23.221.679
Isonção Cebas		24.334.907	23.221.679	Processos/Contingências	22	540.479	3.277.023
Processos/Contingências	22	540.479	3.277.023				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

	Nota	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS		215.544.169	222.296.652
Receita com Atividades na Saúde c/ Restrição	23	215.544.169	222.296.652
Receitas de Subvenção Governamental		215.458.262	222.279.537
Trabalho Voluntário	30	85.907	17.115
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(177.564.858)	(145.446.580)
Despesas/Custos c/ Material, Serviços e Pessoal	24	(177.564.858)	(145.446.580)
Custos com Materiais		(33.507.208)	(39.524.139)
Outras Despesas		158.192	(178.030)
Custos com Serviços		(43.471.162)	(4.511.165)
Custo com Manutenção		(174.497)	(44.772)
Despesas com Pessoal		(91.236.845)	(89.522.670)
Encargos Trabalhistas		(8.940.637)	(11.257.211)
Benefícios Trabalhistas		(306.795)	(391.477)
Trabalho Voluntário	30	(85.907)	(17.115)
RESULTADO BRUTO		37.979.311	76.850.071
DESPESAS OPERACIONAIS		(37.979.311)	(76.850.071)
Despesas c/ Atividade de Saúde c/ Restrição	25	(37.979.311)	(76.850.071)
Despesas de Apoio Administrativo		(83.943)	(89.636)
Despesas Financeiras		(9.801)	(13.676)
Despesas Tributárias		(29.772)	(16.501)
Serviços Contratados		(15.063.127)	(54.896.505)
Aluguéis Operacionais		(2.832.789)	(2.830.735)
Manutenção		(9.849.991)	(8.828.840)
Rateio Despesas Administrativas		(5.234.184)	(6.075.873)
Despesas c/ Execução do Patrimônio		(4.871.706)	(2.221.418)
Processos/Contingências		(3.998)	(1.876.887)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

	2024	2023
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-

agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DO EXERCÍCIO FINDO EM 2024 E 2023

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	-	-
Superávit / Déficit Ajustado	-	-
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	15.671.349	87.967.712
Cientes e Outros Diretos	431.680	322.028
Créditos Judiciais	278.122	(157.897)
Recursos Subvenção Governamental	14.943.908	86.403.260
Adiantamento a Colaboradores	391.040	17.144
Adiantamento de Fornecedores	(10.543)	(59.079)
Estoque	(356.538)	1.455.746
Despesas Antecipadas	(6.320)	(13.489)
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	(2.111.537)	(92.336.592)
Fornecedores de Bens e Serviços	(1.737.828)	(424.048)
Contratos a Faturar	384.716	5.176.181
Obrigações com Colaboradores	(47.681)	(136.723)
Encargos Sociais	91.965	22.225
Obrigações Tributárias	120.765	(217.919)
Outras Obrigações	(347.021)	(40.393)
Provisões de Folha de Pagamento	564.670	(98.644)
Contrato de Gestão e Convênios	1.595.421	(97.042.642)
Processos/Contingências	(2.736.544)	425.370
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	13.559.812	(4.368.880)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.209	(7.209)
Aquisição de Bens e Direitos para o Ativo	7.209	(7.209)
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	7.209	(7.209)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	-	-
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.567.021	(4.376.089)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	7.887.056	12.263.145
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	21.454.077	7.887.056
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	13.567.021	(4.376.089)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) DO EXERCÍCIO FINDO EM 2024 E 2023

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RECURSOS RECEBIDOS	232.619.200	211.800.944
Recursos Subvenção Governamentais	231.997.590	211.640.155
Outros Recebíveis	621.610	160.789
PAGAMENTOS REALIZADOS	(214.187.683)	(213.948.405)
Fornecedores de Insumos e Bens	(73.051.744)	(71.595.145)
Contratos a Faturar	384.716	5.176.181
Estoque e Custo com Materiais	(33.863.745)	(38.068.393)
Obrigações com Colaboradores, Benefícios e Encargos Sociais	(100.048.952)	(101.268.713)
Obrigações Tributárias e Despesas Tributárias	90.993	(231.078)
Outros Obrigações e Obrigações com Rateio	(5.423.013)	(6.294.296)
Provisões Folha de Pagamento	564.670	(98.644)
Processos/ Contingências	(2.740.542)	(1.451.517)
Despesas de Apoio Administrativo	(90.264)	(103.125)
Despesas Financeiras	(9.801)	(13.676)
Depósito Judicial	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.431.518	(2.147.461)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Bens e Direitos para Ativo e Despesas com Execução	(4.864.497)	(2.228.627)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.864.497)	(2.228.627)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
SALDO TOTAL LÍQUIDO DE OPERACIONAL/INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	13.567.021	(4.376.089)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	7.887.056	12.263.145
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	21.454.077	7.887.056
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	13.567.021	(4.376.089)



CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

DMP	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2022			-
Apropriação do Superávit/Déficit 2022			
Superávit/Déficit do Exercício 2023			
Fundo Social em 31/12/2023	-	-	-
Apropriação do Superávit/Déficit 2023			
Superávit/Déficit do Exercício 2024			
Fundo Social em 31/12/2024	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo - CRER unidade hospitalar filial constituída pela Agir - Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde, uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual nº. 5.591/2002, constituída em 06 de maio de 2002, tendo iniciado suas atividades em 01 de agosto de 2002 com a finalidade básica de promoção de ações assistenciais de atenção à saúde. Para a obtenção de suas finalidades, as fontes de recursos provêm de contribuições dos associados, recursos do Fundo Municipal de Saúde (SUS), subvenções, doações, contratos de gestão com entidades públicas, aplicações financeiras de subvenções.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente nas operações contábeis e financeiras do CRER, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

- As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à entidades sem finalidade de lucros de acordo com a Resolução 1409/12, que aprova a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidades sem finalidade de lucros.

- Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

- A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 3.

2.1.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS SUPERINTENDENTES

A superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes. Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2024 a unidade hospitalar manteve a estrutura com CNPJ 05.029.600/0001-04 – CRER.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4. CONTRATO DE GESTÃO

Visando o gerenciamento das ações e serviços de saúde a Agir/CRER assinou Contrato de Gestão:

Contrato de Gestão 123/11-SES/Agir/CRER. Em 28 de junho de 2011, foi firmado contrato de gestão com o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, visando estabelecer o compromisso entre as partes para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo/CRER: 14º Termo Aditivo vigente assinado em 14/10/2024, com vigência de 27/03/2024 até 27/03/2026, com possibilidade de renovação.

2.5. ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTAS

Com o intuito de unificação e tratamento contábil, bem como a padronização a SES - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás através do Ofício Circular nº 689/2020 – SES e posteriormente o Ofício Circular nº. 797/2020 – SES determinou a adequação do Plano de Contas de todas as unidades administradas por Organizações Sociais a adotar o modelo SES-GO, sendo assim, as unidades administradas pela Agir: CRER adotou o Plano de Contas modelo SES-GO a partir de 2021.

A Agir com objetivo de garantir a gestão efetiva das informações contábeis e financeiras objetivando registros confiáveis, rastreabilidade e transparência no que se refere a adequada aplicação dos recursos financeiros geridos pela Agir, declarou em outubro de 2021, a Política Contábil e Financeira.

3. ATIVOS, PASSIVOS E RESULTADOS

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Contemplam numerário em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados no custo acrescidos das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

b) Regime de Apropriação

Os custos, as despesas e as receitas da entidade foram apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos e obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade (grau de liquidez), respectivamente, sendo que aqueles vencíveis até o exercício seguinte foram classificados no Circulante, enquanto os que irão vencer após o término do exercício seguinte foram classificados no Não Circulante.

c) Apuração de Resultado

- As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.
- As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.
- As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes financeiros que o CRER haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2024 a unidade hospitalar registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa n.º 30.

d) Ativos e Passivos Não Circulantes

Demonstrados por valores de realização/obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos ou as despesas incorridas até a data do Balanço Patrimonial.

e) Julgamentos ou Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das Demonstrações Contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas à incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (a) As subvenções a apropriar, para as quais a unidade tem razoável segurança de que há risco provável de não recebimento (perdas prováveis) e (b) provisão para riscos e processos judiciais.

f) Receitas de Aplicações de Subvenções

As aplicações financeiras referentes aos recursos recebidos de subvenções



CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço Patrimonial.

g) Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a entidade em troca de cumprimento passado ou futuro de condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) A subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) A subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas no passivo. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições deste Pronunciamento **CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais**. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo.

h) Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição, deduzido das perdas decorrente do fluxo normal das atividades. Na unidade hospitalar está relacionada, principalmente a materiais hospitalares, medicamentos e de consumo para serem utilizados junto aos clientes atendidos no hospital, sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames

i) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, construção ou doação, até a conclusão dos procedimentos de transferência para a Secretaria de Estado de Saúde - SES/GO, conforme determina o contrato de gestão. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam apenas sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. Após a formalização da transferência dos bens, o CRER fica com a obrigação de guarda, controle e manutenção dos mesmos.

j) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura/nota fiscal ou do contrato correspondente. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

k) Aspectos Tributários

A Agir é uma entidade sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária nos termos dos artigos 150, inciso VI, alínea "c" e 195 da Constituição Federal, portanto, imune/isenta de recolhimento de impostos e contribuições, e é detentora da Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), atualmente renovada pela portaria do Ministério da Saúde nº 639, de 22 de setembro de 2022, com validade de 29/06/2021 a 28/06/2024. Informamos que a entidade protocolou em 05/12/2023, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SEI Nº 25000.182648/2023-11, o qual se encontra pendente de julgamento.

l) Gratuidades – Atendimento SUS

Em decorrência da Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedida em 2012, renovada através da portaria do Ministério da Saúde nº 639, de 22 de setembro de 2022 com validade de 29/06/2021 a 28/06/2024. Informamos que a entidade protocolou em 05/12/2023, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SEI Nº 25000.182648/2023-11, o qual se encontra pendente de julgamento.

A unidade hospitalar atende somente a clientes da rede SUS, portanto cumprindo as determinações das Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 que dispõem sobre o CEBAS regulamentada pelo Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014. (Revogada pela Lei complementar 187 de dezembro de 2021). **"§ 2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".**

m) Provisão para Prováveis Perdas em Processos Judiciais

O CRER é parte em processos judiciais, conforme descrito na vide nota explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Agir.

n) Patrimônio Social

O Patrimônio Social do CRER é apresentado com saldos nulos, em razão do cumprimento do Pronunciamento Técnico **CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais**, item 15, letra (b), onde se lê:

(b) "Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida

como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação".

E item 16, onde se lê:

"É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados".

o) Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2024	2023
Caixa	-	2.603
Bancos Conta Movimento (A)	2	17.699
Aplicações Financeiras (B)	21.454.075	7.866.755
TOTAL	21.454.077	7.887.056

(A) Recursos vinculado ao Contrato de Gestão, o qual não foi transferido para contas de aplicação devido a procedimentos administrativos.

(B) As aplicações financeiras são recursos de subvenções e referem-se substancialmente a CDB (Certificado de Depósito Bancário), remuneradas a taxa de 97,50% do CDI, na instituição ITAU. As aplicações realizadas na instituição Caixa Econômica Federal referem-se ao Fundo CAIXA FIC GIRO MPE RF REF DI LP, com uma rentabilidade de 9,3828% nos últimos 12 meses; e, ao Fundo CAIXA FIC GIRO EMPRESAS RF REF DI L com rentabilidade de 10,3732% nos últimos meses

5. CONTAS A RECEBER

Refere-se aos valores de serviços prestados ainda em fase de recebimento, apropriação de contratos de gestão junto a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás e recursos a receber do Fundo Municipal de Saúde (SUS) por serviços prestados pelo CRER.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Subvenções a Receber	-	14.943.908
Fundo Municipal (A)	4.099.043	4.099.043
TOTAL	4.099.043	19.042.950

(A) Saldo referente ao Convênio do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 4.099.043.

6. ADIANTAMENTO A COLABORADOR

DESCRIÇÃO	2024	2023
Adiantamento de Férias (A)	37.606	394.728
Adiantamento a Colaborador (A)	2.813	26.626
Adiantamento de Plano de Saúde (A)	99.679	109.785
TOTAL	140.098	531.139

Os adiantamentos realizados aos colaboradores são valores pagos de acordo com a legislação específica do trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, com realização prevista para o mês de janeiro de 2024.

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDOR

DESCRIÇÃO	2024	2023
Adiantamento a Fornecedor	475	1.258
Créditos com Fornecedor	11.326	88.192
TOTAL	11.801	89.450

Os adiantamentos a fornecedores e créditos com fornecedores são decorrentes do curso normal da atividade, a realização ocorre sempre na competência seguinte, nesse caso em janeiro de 2025.

8. CRÉDITO JUDICIAL

Os depósitos judiciais são recursos depositados em decorrência das ações do curso normal das atividades.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Créditos Judiciais (A)	-	459.839
TOTAL	-	459.839

A) Os créditos judiciais estavam classificados no Ativo Circulante por ter a previsibilidade de execução das ações no ano seguinte, entretanto em 2024 foram reclassificados para o Ativo Não Circulante por entender que é sem previsão de execução das ações.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de valores relativos a seguros referentes a bens corpóreos da unidade, como prédios e veículos.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Prêmios de Seguros a Apropriar	45.423	39.102
TOTAL	45.423	39.102

agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

10. OUTROS DIREITOS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Empréstimos Estoque Concedidos (A)	240.055	672.292
Direito CRER a Receber HUGOL	-	9.587
Direito CRER a Receber Agir (B)	7.277	-
Direito CRER a Receber HDS (B)	-	1.640
Outros Direitos (B)	7.540	3.033
Tributos a Recuperar	5	5
TOTAL	254.877	686.557

(A) Refere-se aos empréstimos realizados para outras unidades hospitalares do estado de Goiás.

(B) Refere-se as despesas de pessoal/encargos de colaboradores transferidos entre unidades.

11. ESTOQUES

Os estoques estão relacionados principalmente a materiais hospitalares e medicamentos a serem utilizados na operacionalização da unidade hospitalar. O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Medicamentos	780.990	654.303
Material Medico Hospitalar	1.371.509	1.004.228
Almoxarifado Geral	2.022.082	2.159.513
TOTAL	4.174.581	3.818.044

12. DÉPOSITOS JUDICIAIS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Depósito Judicial (A)	181.717	-
Crédito Fornecedor (B)	88.192	-
TOTAL	269.909	-

(A) Os valores reservados nas contas de depósitos judiciais, em sua maioria, referem-se aos pagamentos realizados para garantir o juízo no âmbito da justiça do trabalho, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, que prevê a necessidade do pagamento de determinados valores para apresentação de alguns recursos por parte da Reclamada na esfera trabalhista.

A depender do resultado do recurso interposto, o valor do depósito recursal poderá ser devolvido à Instituição ou abatido no momento do pagamento da condenação.

(B) As condenações judiciais suportadas nas ações envolvendo a OFFICE Segurança como 1º Requerido foram pagas em razão da atribuição de responsabilidade subsidiária a tomadora de serviços, AGIR, para o pagamento das verbas trabalhistas rescisórias devidas aos funcionários que prestaram serviços em nossas unidades de saúde por meio da empresa em questão. Esta atribuição se deu pelo fato de a referida empresa ter decretado sua recuperação judicial. Diante deste cenário, a AGIR está providenciando sua habilitação nos autos da recuperação judicial para tentar reaver os valores pagos nestes casos, visto que se trata de crédito trabalhista devido pela OFFICE Segurança.

13. IMOBILIZADO

Imobilizado refere-se aos bens tangíveis de longo prazo que uma empresa possui e utiliza em suas atividades.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Equip. Refrigeração/Climatização(A)	-	7.209
TOTAL	-	7.209

(A) Valor referente a aquisição de bens com saldo em conta transitória.

14. FORNECEDORES

Os fornecedores em 31 de dezembro de 2024 do CRER com prazo médio de vencimento inferior a 90 dias, as obrigações a pagar referem se às aquisições de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da unidade.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Fornecedores de Insumos	4.874.737	5.767.828
Fornecedores de Serviços Médicos	1.585.255	2.407.246
Fornecedores de Serviços Diversos	3.698.793	3.877.938
Fornecedores de Bens Patrimoniais	262.740	106.341
TOTAL	10.421.525	12.159.353

15. CONTRATOS A FATURAR

DESCRIÇÃO	2024	2023
Contratos a Faturar Serviços Médicos (A)	2.496.075	2.555.243
Contratos a Faturar Serviços Diversos (B)	3.064.822	2.620.938
TOTAL	5.560.897	5.176.181

(A) Do montante, o valor de R\$ 2.496.075 refere-se aos lançamentos de notas fiscais da competência 12/2024 o qual são revertidas em janeiro de 2025.

(B) Do montante, o valor de R\$ 3.064.822 refere-se aos lançamentos de notas fiscais da competência 12/2024 o qual são revertidas em janeiro de 2025.

16. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

As obrigações com pessoal do CRER foram reconhecidas pelo regime de competência. Os saldos foram liquidados no decorrer do ano de 2024

DESCRIÇÃO	2024	2023
Salários a Pagar	-	12.741
Rescisões a Pagar	-	35.129
Pensão Alimentícia a Pagar	2.169	1.980
TOTAL	2.169	49.849

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais do CRER foram reconhecidas pelo regime de competência, são referentes a INSS, FGTS, Contribuição Sindical e Imposto de Renda Retido sobre a Folha de Pagamento com liquidação prevista para janeiro de 2025.

DESCRIÇÃO	2024	2023
INSS a Recolher	395.980	370.242
FGTS a Recolher	811.240	759.723
Contribuição Sind. / Assist. / Assoc.	83.399	68.688
IRRF sobre Folha de Pagamento a Recolher	1.209.185	1.233.140
TOTAL	2.499.803	2.431.793

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias do CRER foram reconhecidas pelo regime de competência, são referentes a retenção sobre serviços de terceiros, com liquidação prevista para janeiro de 2025.

DESCRIÇÃO	2024	2023
IRRF Ret. Serv. de Terc. a Recolher	66.355	62.254
ISS Retido a Recolher	139.347	106.746
PIS/COFINS/CSLL Serv. Terceiro a Recolher	230.293	180.620
INSS Ret. Serv. Terc. a Recolher	139.978	81.632
TOTAL	575.972	431.252

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	2024	2023
Outras Obrigações (A)	8.214	-
Obrigações Crer a pagar Agir	-	7.343
Obrigações Crer a pagar Hugol	-	3.438
Empréstimos de Estoque Recebido (B)	198.254	383.412
Obrigações com Rateio Agir (C)	275.340	434.637
Caução Contrato Rodrigues Construtora (A)	10.195	10.195
TOTAL	492.004	839.025

(A) Refere-se à valores de caução sobre contratos de construção civil.

(B) Refere-se aos empréstimos realizados para outras unidades hospitalares do estado de Goiás.

(C) Valores não repassados do CRER referente as despesas administrativas da Agir que são rateadas entre as unidades hospitalares.

20. PROVISÕES FOLHA DE PAGAMENTO

Os saldos são compostos por provisão de férias e encargos.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Provisão de Férias	8.112.537	7.589.694
Provisão de FGTS sobre Férias	649.003	607.176
TOTAL	8.761.540	8.196.870

21. SUBVENÇÕES A REALIZAR - CIRCULANTE

Representado por valores a realizar do Contrato de Gestão e Convênios.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Contrato de Gestão	993.262	-
Fundo de Provisão para Fins Rescisórios - CRER (A)	602.159	-
TOTAL	1.595.421	-

(A) Trata-se de fundo de provisão para fins de rescisões trabalhistas e ações judiciais. Deverá ser formado com depósitos mensais de 3% do valor repassado pelo parceiro público para pagamento de pessoal CLT (Contrato 003/2014 – SES/GO e Termos Aditivos

Os valores a receber da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, referente ao 7º, 8º e 10º Termos Aditivos do Contrato de Gestão, foram reclassificados para o Ativo Compensado, conforme orientação do Manual do Terceiro Setor, item 6, letra (a) e manifestação do contratante Secretaria de Estado de Saúde de Goiás - SES-GO.

22. PROCESSOS/CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Provisão de Contingências Trabalhistas	540.479	3.275.696
Provisão de Contingências Cíveis	-	1.327
TOTAL	540.479	3.277.023

A administração, com base em informações de sua assessoria jurídica e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante

agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso.

O CRER é parte de ações judiciais trabalhistas, decorrente do curso normal de suas operações. O registro contábil segue o que preconiza a lei, registrando somente quando existe risco provável de execução.

O CRER possui Ações Trabalhistas classificadas como **possíveis R\$ 6.718.997,86 e Ações Cíveis classificadas como possíveis R\$ 1.448.002,00**. Em síntese, a CPC 25 trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Com base nela, as contingências são classificadas da seguinte forma:

• **Prováveis:** Quando há uma estimativa confiável e é mais provável que um evento resulte em uma saída de recursos do que o contrário. Nestes casos, é reconhecida a **provisão** no balanço.

• **Possíveis:** Quando há incerteza sobre o desfecho da contingência, ou seja, não é possível determinar se haverá uma saída de recursos. Nestes casos, não é reconhecida a **provisão**, mas o total é divulgado.

• **Remotas:** Quando a chance de uma saída de recursos é mínima. Nestes casos, **não existindo necessidade de reconhecimento nem de divulgação** nas demonstrações financeiras.

23. RECEITA COM ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO

As receitas são de subvenções governamentais são reconhecidas ao longo do período do Contrato de Gestão e confrontada com as despesas, por meio de execução, que pretende compensar em base sistemática e atendidas as condições do **CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistência Governamental**.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Contrato de Gestão	208.443.989	222.279.537
Receitas Financeiras	1.871.298	-
Receitas de Doações	2.680.074	-
Receitas com Reversão	2.460.882	-
Outras Receitas	2.020	-
TOTAL	215.458.262	222.279.537

24. DESPESAS / CUSTOS COM MATERIAIS, SERVIÇOS E PESSOAL

DESCRIÇÃO	2024	2023
Despesas com Pessoal	(91.236.845)	(89.522.670)
Encargos Trabalhistas	(8.940.637)	(11.257.211)
Benefícios Trabalhistas	(306.795)	(391.477)
Custo c/ recursos humanos	(100.484.277)	(101.171.359)
Custos com Materiais	(33.507.208)	(39.524.139)
Outras Despesas	158.192	(178.030)
Custos com Serviços	(43.471.162)	(4.511.165)
Custo com Manutenção	(174.497)	(44.772)
Custo c/ Recursos Hospitalares	(76.994.675)	(44.258.106)
TOTAL	(177.478.952)	(145.429.465)

As despesas relacionadas referem-se às despesas ocorridas no curso normal da atividade da unidade hospitalar reconhecidas conforme regime de competência.

Despesas e custos operacionais referente a manutenção das atividades desenvolvidas para garantir o funcionamento da unidade hospitalar.

25. DESPESAS COM ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO

As despesas relacionadas referem-se às despesas ocorridas no curso normal da atividade da unidade hospitalar reconhecidas conforme regime de competência.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Despesas de Apoio Administrativas	(83.943)	(89.636)
Despesas Financeiras	(9.801)	(13.676)
Despesas Tributárias	(29.772)	(16.501)
Serviços Contratados	(15.063.127)	(54.896.505)
Alugueis Operacionais	(2.832.789)	(2.830.735)
Manutenção	(9.849.991)	(8.828.840)
Rateio Despesas Administrativas	(5.234.184)	(6.075.873)
Despesas com Execução do Patrimônio (A)	(4.871.706)	(2.221.418)
Contingências Trabalhistas	(3.998)	(1.874.561)
Contingências Cíveis	-	(2.327)
TOTAL	(37.979.311)	(76.850.071)

(A) Valor refere-se execução de transferências de bens patrimoniais, conforme determina a Lei nº. 21.740/2022 – Art. 20. O CRER efetuou a transferência de seu ativo imobilizado para a Secretaria de Estado da Saúde/SES GO, ficando somente com a obrigação de guardar, zelar e manter. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam apenas sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

26. COMPENSADO

Os bens de terceiros sobre administração da unidade estão assim classificados:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Subvenções a Receber - Contrato de Gestão	106.667.017	103.676.886
Bens Adquiridos com Recursos do Contrato de Gestão	101.207.556	96.903.626
Bens Comodato de Terceiros (A)	10.671.464	7.790.079
Isenção Cebas (B)	24.334.907	23.221.679
Bens Cedidos pela SES-GO	4.507.787	5.159.343
TOTAL	247.388.732	236.751.613

(A) Bens Comodato terceiros compostos pelas contas: Comodato – Máquinas Aparelhos e Equipamentos no valor de **R\$ 9.495.242**; Equipamentos de Processamento de Dados Eletrônico **R\$ 984.183**, Moveis e Utensílios **R\$ 192.039** e Estoque de Terceiros composto pelas contas: Toxina Botulínica **R\$ 1**

(B) Isenções CEBAS contabilizadas conforme a **ITG 2002 (R1) - Contas de Compensação** item 26, sendo assim foram apuradas de janeiro a dezembro de 2024 o valor de **R\$ 24.334.907**, informamos que a entidade protocolou em **05/12/2023**, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme **SEI Nº 25000.182648/2023-11**, o qual se encontra pendente de julgamento. Gratuidade renovada pela **Portaria nº.639, de 22 de setembro de 2022**, do Ministério da Saúde – Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

"Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidência contábil".

27. DOAÇÕES

DESCRIÇÃO	2024	2023
Doações Pessoa Jurídica (A)	7.988	2.079.230
Doações de Mercadorias (A)	198.313	260.425
Receitas de Doações de Ativo Imobilizado (A)	2.370	6.266
TOTAL	208.670	2.345.921

(A) A unidade CRER recebeu doações de pessoa jurídica, doações de pessoa física e doações de mercadorias composta por: materiais hospitalares e medicamentos no valor de **R\$ 206.300**. A unidade recebeu em doações de ativo imobilizado o valor de **R\$ 2.370**. Houve redução das receitas de doações em comparação com o ano de 2023, as doações são espontâneas, portanto, a instituição não tem nenhuma governança sobre os doadores.

28. SEGUROS

A unidade hospitalar adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens patrimoniais. Conforme demonstrado a seguir:

SEGURO FROTA - 04 VEICULOS - APOLICE Nº 4061000087931			
Descrição 4061000087931	Vigência 17/02/2024 à 17/02/2025	Unidade CRER	Valor Residual a Apropriar R\$ 630
VOLKSWAGEN CAMINHAO CONSTELLATION -E5 6X2- PLACA PQQ7738			
Descrição 0531 14 10874810	Vigência 27/06/2024 à 25/06/2025	Unidade CRER	Valor Residual a Apropriar R\$ 1.201
MASCARELLO GRAN MICRO CRER - PLACA PQI 6824			
Descrição 4061000097331	Vigência 26/06/2024 à 26/06/2025	Unidade CRER	Valor Residual a Apropriar R\$ 1.027
MASCARELLO GRAN MICRO URBANO E5 - 16 PASS- 16 PASS ONU 6645			
Descrição 0531 14 10923471	Vigência 26/08/2024 à 26/08/2025	Unidade CRER	Valor Residual a Apropriar R\$ 4.360



CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

MICRO ONIBUS MERCEDES BENS PLACA ONU 6645			
Descrição	Vigência	Unidade	Valor Residual a Apropriar
2806027370	11/09/2024 A 11/09/2025	CRER	R\$ 2.540
SEGURO PREDIAL CRER			
Descrição	Vigência	Unidade	Valor Residual a Apropriar
9600131731	14/10/2023 à 14/10/2024	CRER	R\$ 35.664
TOTAL			R\$ 45.422

29. POLÍTICA DE RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas do CRER, são levadas a cabo de escrituração contábil e reconhecimento, em consonância com o Pronunciamento Técnico **CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais**, item 15, letra (b), logo, as subvenções, são reconhecidas como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação, pelo regime de competência. A receita de subvenção governamental é reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes.

30. VOLUNTARIADO

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o CRER mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante o exercício. O valor de trabalho voluntário foi reconhecido como se devido fosse com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos, sendo estimado em **R\$ 85.907**.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

A apropriação das contingências fora contabilizada com base em informações da assessoria jurídica, constituindo a provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso o risco estabelecido até a data da execução das demonstrações, sendo que três processos foram arquivados em 01/2025 totalizando R\$ 122.665 e um processo que alterou o status de provável para possível em 02/2025 no valor de R\$ 15.813.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - GESTÃO DE RISCOS E LIQUIDEZ

A unidade hospitalar participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio da definição de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, que a entidade possui (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar) são avaliados pelo custo amortizado e os títulos e valores mobiliários são avaliados ao valor justo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor contábil dos instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado não difere substancialmente dos seus respectivos valores de mercado.

Em **31 de dezembro de 2024**, não existem instrumentos financeiros na forma de derivativos nem de risco semelhante.

As atividades da entidade a expõem a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A superintendência executiva examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades da entidade.

a) Risco de Capital e de Liquidez:

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

Os objetivos da entidade ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações das unidades administradas.

b. Risco Legal:

Está associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

33. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação em 24 de março de 2025.

Goiânia, 24 de março de 2025.

Diego Rodrigues da Silva
Gerente Corporativo de Contabilidade e Custos
CRC 24300/O-0

Paulo Cesar Alves Pereira
Diretor Corporativo de Custos,
Contabilidade e Finanças
CRA-GO 16575

Lucas Paula da Silva
Superintendente Executivo
CORECON-2018/D

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE – AGIR

Os abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde - AGIR, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, após examinarem os relatórios gerenciais e de atividades da instituição no gerenciamento da entidade (matriz) e filiais: CED, Clínicas TEIAs e, também, no gerenciamento dos objetos dos contratos de gestão das unidades filiais CRER, HDS, HUGOL e HECAD; opinam pelas suas aprovações, sem ressalvas ou recomendações. De igual forma, após examinarem as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 2024, concluem, com base no parecer dos auditores externos independentes que as referidas demonstrações refletem fielmente a posição patrimonial e financeira da associação. Desse modo, manifestam, favoravelmente, pelo encaminhamento das citadas demonstrações para o Conselho de Administração e para a Assembleia Geral dos Associados e aos demais órgãos de fiscalização, opinando pela sua aprovação, sem ressalvas ou recomendações.

Goiânia, 28 de março de 2025.

Pedro Daniel Bittar
Conselheiro Fiscal-Presidente

César Helou
Conselheiro Fiscal

Milca Severino Pereira
Conselheira Fiscal

agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e aos Conselheiros do

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO – CRER

Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo – CRER (“CRER” ou “Entidade”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CRER em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do Terceiro Setor.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Representatividade – passivo trabalhista/previdenciário

Na análise da auditoria para verificação do atendimento do exigido na Resolução Normativa 13/2017-TCE-GO, notadamente quanto ao disposto na alínea “s”, item 14 do seu Anexo I e no item 2 do seu Anexo III, a auditoria, para manifestar-se sobre a relação da evolução do passivo trabalhista e/ou previdenciário e o seu impacto nas contas da auditada, constatou que a representatividade apurada foi de 4,25% em relação ao total das contas em 31 de dezembro de 2024, sendo que em 31 de dezembro de 2023 foi de 5,18%, ambos considerados aceitáveis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 28 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Patrícia Oliveira de Oliveira
Contadora CRC RS-099011/O-7